



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº , DE 2025

(Do Sr. Zucco)

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de **Audiência Pública Conjunta** das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (**CREDN**) e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (**CSPCCO**).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), com o objetivo de esclarecer eventuais disparidades nas investigações envolvendo políticos e cidadãos alinhados à direita, em comparação àqueles vinculados à esquerda, conforme apontado em relatórios encomendados pelo gabinete do Ministro Alexandre de Moraes e conduzidos pelo **Sr. Eduardo Tagliaferro**, ex-chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na oportunidade, sugerimos que seja **convidado o Sr. Eduardo Tagliaferro, ex-chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação no TSE**, que recentemente declarou: **"Logo eu estarei mostrando para o Brasil quem é Alexandre de Moraes e os bastidores do seu gabinete"**, acrescentando ainda que **"Só entram coisas de direita no gabinete e nada de esquerda - e isso me chamou muito a atenção"**. O ex-assessor afirmou possuir informações relevantes sobre supostas irregularidades, declarando: **"Eu tenho bastante coisa... Tem algumas coisas fraudulentas que foram feitas... e comecei a questionar"**. Suas declarações públicas, nas quais afirma que **"[Moraes] destruiu minha vida e a de várias pessoas"**, reforçam a necessidade de seu depoimento perante as Comissões, dada a gravidade das alegações que envolvem suposta instrumentalização do Poder Judiciário para fins políticos¹.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a natureza transdisciplinar das graves denúncias apresentadas por **Eduardo Tagliaferro, ex-assessor da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do TSE e atual refugiado político na Itália**, e diante da suposta instrumentalização do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para fins de perseguição política, torna-se imperiosa a **realização de audiência pública conjunta entre as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)**. Esta

¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/agora-na-italia-ex-assessor-ameaca-fazer-revelacoes-contramoraes/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

abordagem integrada justifica-se pela dupla dimensão do caso: internacional (envolvendo relações diplomáticas, sanções econômicas em razão do regime de exceção em vigor, direitos humanos e a condição de asilado do denunciante) e nacional (com a formação de organização criminosa no âmbito do próprio Poder Judiciário, gerando impactos na segurança jurídica, nos princípios democráticos e na ordem pública), exigindo exame legislativo coordenado e abrangente.

No mérito da questão, as alegações de perseguição política no âmbito do Poder Judiciário representam séria ameaça aos princípios constitucionais que regem nossa República. O ex-assessor alega ter presenciado e sido coagido a participar de condutas que caracterizariam violação ao devido processo legal, com evidente direcionamento político-partidário na condução de processos judiciais. Tais denúncias assumem contornos ainda mais graves quando consideramos seu impacto direto na segurança pública nacional e nas relações internacionais do país.

As repercussões internacionais do caso, evidenciadas pelas recentes sanções aplicadas pelos Estados Unidos da América ao Ministro Alexandre de Moraes sob a **Lei Magnitsky** e as sanções econômicas impostas ao país pelo estado de coisas inconstitucionais que colocam em grave risco o regime democrático brasileiro, ante a paralisia absoluta do sistema de freios e contrapesos, demonstram a urgência de apuração minuciosa dos fatos. A situação de exílio do denunciante na Itália, por temor de represálias, apenas reforça a gravidade das acusações e a necessidade de garantir um ambiente seguro e adequado para o esclarecimento da verdade.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diante deste quadro complexo e multifacetado, a realização de audiência pública conjunta mostra-se medida urgente e necessária. A **oitava do Sr. Eduardo Tagliaferro, por meio de videoconferência**, permitirá esclarecer fatos de extrema relevância tanto para a política externa quanto para a segurança interna do país.

Ante o exposto, solicito o habitual e imprescindível apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), com o propósito de esclarecer casos de perseguição e disparidades nas investigações envolvendo políticos e cidadãos alinhados à direita, conforme apontado em relatórios encomendados pelo gabinete do Ministro Alexandre de Moraes e elaborados pelo Sr. Eduardo Tagliaferro, ex-chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Sala das Comissões, em de de 2025.

ZUCCO
Deputado Federal
PL/RS





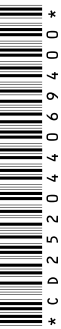
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 04/08/2025 16:20:56.280 - CSPCCO

REQ n.246/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252044069400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zucco



* CD 252044069400 *